



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

O CCAC concluiu, recentemente, o Relatório de investigação sobre as posturas e regulamentos municipais, segundo o qual se torna óbvio que certas normas não correspondem à realidade e violam, ainda, um princípio importante, isto é, o princípio da legalidade dos procedimentos administrativos.

Segundo o relatório, o Regulamento do Licenciamento dos Estabelecimentos para Venda a Retalho de Carnes, Pescados, Aves e Vegetais prevê que os estabelecimentos autorizados só podem vender um tipo de géneros alimentícios, isto é, nos estabelecimentos autorizados a vender carnes, não é permitida a venda de pescado, aves, vegetais e frutas. No entanto, muitos supermercados vendem todos esses tipos de géneros alimentícios, então, isto significa que a norma em causa tem sido violada ao longo dos anos? O IACM veio entretanto afirmar que tem emitido licenças aos supermercados tendo em conta essa situação. Embora a emissão de licenças dê resposta aos interesses dos cidadãos, o Governo da RAEM pode correr o risco de ser objecto de acção judicial, e o interesse público e os legítimos direitos e interesses dos vendilhões podem ser prejudicados, até porque o referido acto não tem fundamento jurídico e viola o princípio da legalidade.

Por seu turno, o Regulamento dos Mercados Municipais, que regula as bancas e lugares nos mercados, tem já muitas normas desactualizadas, por exemplo, o valor das multas, que varia entre 3 e 5 patacas, e que foi fixado com base nos padrões de 1960, portanto, não produzem qualquer efeito dissuasor.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

E quanto ao IACM, fica numa situação embaraçosa, por não ter aplicado, nos termos da lei, essas multas de montante desactualizado. Apesar de ter entrado em vigor o Regulamento Geral dos Espaços Públicos, que veio revogar algumas disposições que entretanto passaram a ser incompatíveis, deviam ainda ser revistas algumas posturas que têm implicações com matérias estreitamente ligadas à vida quotidiana dos residentes, nomeadamente as matérias sobre os mercados, vendilhões e cemitérios.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. No início deste ano, o CCAC avisou o IACM sobre todos estes assuntos para que este procedesse à sua revisão. Este concordou com as sugestões e afirmou que ia fazê-lo mas, passado quase um ano, ainda não foi divulgada nenhuma notícia sobre qualquer trabalho concreto no âmbito dessa revisão. Qual é o ponto de situação da revisão do Regulamento do Licenciamento dos Estabelecimentos para Venda a Retalho de Carnes, Pescados, Aves e Vegetais, e do Regulamento para os Mercados Municipais? Quando vai estar concluída, para que os regulamentos em causa possam, quanto antes, responder à realidade actual, e cumpram o princípio da legalidade?
2. Os referidos regulamentos continuam a ser aplicados embora já não dêem resposta à realidade actual. Então, porque não foram revistos? Ou será que não se detectou a sua desactualização? Ou será que se tratou de uma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

omissão por parte do serviço respectivo?

30 de Outubro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Veng Chai**